

QUILOMBOS NO BRASIL IMPERIAL: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA SOBRE RESISTÊNCIA E LUTAS SOCIAIS

QUILOMBOS IN IMPERIAL BRAZIL: A HISTORIOGRAPHICAL ANALYSIS OF RESISTANCE AND SOCIAL STRUGGLES

César Henrique de Queiroz Porto¹

 <https://orcid.org/0000-0003-4744-148X>

 <http://lattes.cnpq.br/5291819504978006>

Luiz Gustavo Soares Silva²

 <https://orcid.org/0000-0001-8701-8227>

 <http://lattes.cnpq.br/8091058326735807>

Anna Flávia Rodrigues Dias³

 <https://orcid.org/0009-0002-3183-3198>

 <http://lattes.cnpq.br/3419147541090833>

Recebido em: 16 de agosto de 2024.

Aceito em: 10 de janeiro de 2025.

Revisão em: 14 de janeiro de 2025.

Aprovado em: 06 de março de 2025.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2024.v16.21726>

1 Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2012). Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002). Graduado e Especialista em História pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Professor efetivo da Unimontes nas áreas de História Moderna e Contemporânea. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH/Unimontes (Mestrado). E-mail: cesarqueirozporto@gmail.com

2 Licenciado e Mestre em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). É professor no Departamento de História da Unimontes, acadêmico de Jornalismo pela Faculdade Anhanguera e responsável pela organização do podcast “Panorama Oriental”, voltado para a divulgação de estudos sobre História do Tempo Presente e questões culturais e geopolíticas do Oriente Médio. E-mail: luiz.soares@unimontes.br

3 Graduanda em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), com foco em questões raciais e quilombolas. Desde maio de 2022, é professora voluntária no Cursinho Popular Darcy Ribeiro, vinculado à Rede Emancipa. Atualmente, pesquisa a presença e o impacto das comunidades quilombolas no Norte de Minas Gerais. E-mail: filhadeyeshua12.2@gmail.com

RESUMEN: Este artigo realiza uma análise historiográfica sobre os quilombos remanescentes no período imperial brasileiro, investigando suas representações enquanto espaços de resistência e suas interações com o governo. A pesquisa dialoga com estudos que abordam os processos históricos dos povos africanos e afro-brasileiros, destacando as formas de resistência da negritude por meio de suas organizações e relações sociais. Enfatiza-se a participação dos quilombos em revoltas regenciais, como a Balaiada, exemplo significativo da luta por liberdade e direitos. Assim, o trabalho contribui para refletir sobre a relevância histórica desses territórios enquanto manifestações coletivas de resistência, ressaltando sua permanência como símbolo de luta até os dias atuais. Embora introdutório, o estudo estabelece fundamentos para discussões mais aprofundadas sobre a trajetória quilombola no Brasil imperial e sua importância no contexto das resistências afro-brasileiras.

Palavras-chave: quilombos, resistência, historiografia, negritude.

RESUMO: This article carries out a historiographical analysis of the remaining quilombos in the Brazilian imperial period, investigating their representations as spaces of resistance and their interactions with the government. The research dialogues with studies that address the historical processes of African and Afro-Brazilian peoples, highlighting the forms of resistance of black people through their organizations and social relations. It emphasizes the participation of quilombos in regency revolts, such as the Balaiada, a significant example of the struggle for freedom and rights. Thus, the work contributes to reflecting on the historical relevance of these territories as collective manifestations of resistance, highlighting their permanence as a symbol of struggle to this day. Although introductory, the study lays the foundations for more in-depth discussions on the quilombola trajectory in imperial Brazil and its importance in the context of Afro-Brazilian resistance.

Key words: quilombos, resistance, historiography, negritude.

Introdução

Este artigo propõe analisar os quilombos remanescentes durante o período imperial brasileiro, com o objetivo de investigar as representações historiográficas sobre esses espaços de resistência e suas interações com o governo imperial. A pesquisa busca dialogar com a bibliografia que interpreta os processos históricos dos povos africanos e afro-brasileiros no Brasil, com foco na resistência da negritude, expressa por meio de suas organizações e relações sociais.

Nesse sentido, ao estudarmos sobre negritude, é necessário, um certo cuidado. Não devemos reduzir os anos de escravidão negra a um único tom, como se os corpos negros fossem apenas símbolos da violência que sofreram. Pesquisas e estudos, cada vez mais recorrentes, vem apontando, que se existiu a escravidão e a suas diversas formas de opressão, também houve formas de resistência. Essa atenção teórica e conceitual é importante para se evitar os perigos de uma “história única” (ADICHIE, 2019). Afinal, temos registros de resistências culturais, religiosas e de diversas outras tentativas de reivindicação por parte destes indivíduos.

Em vista disso, como enunciou o líder quilombola brasileiro, Antônio Bispo “[...] embora pertencendo a mesma espécie, a humana, precisamos dialogar profundamente com os conceitos de cor, raça, etnia, colonização, e contra colonização” (BISPO, 2015, p.26). Pois, o que é ser negro foi historicamente estruturado. Construindo-se a mentalidade de que esse, geralmente, era um ser marginal, desprovido de capacidades mentais elevadas e biologicamente adaptado para o trabalho pesado. Evidenciando que não há como falar das expressividades dos quilombos, sem debater com os conceitos de raça e colonização.

Neste trabalho, ao propormos um estudo dos quilombos com foco no período imperial brasileiro, buscamos realizar uma análise que leve em conta as disputas narrativas presentes na historiografia, além de discutir conceitos e algumas abordagens analíticas. A pesquisa contribuirá para este campo na medida em que trata do assunto sobre o prisma da descolonização. De acordo com Frantz Fanon:

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. [...] A descolonização, sabemos-la, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que se faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. [...] A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, colhidos de modo quase grandioso pela roda viva da história. [...] Há perante a descolonização a exigência de um reexame integral do sistema colonial. [...] É por isto que, no plano da descrição, toda descolonização é um triunfo. (FANON, 1968, p. 26-27)

Sendo assim, descolonizar a produção científica é “dar voz” a versão dos escravizados, para além dos argumentos dos senhores de escravos. É levar o olhar, para os elementos culturais trazidos e preservados pelos negros, bem como, analisar o como se davam suas relações, suas crenças e as demasiadas formas de resistir, desde a luta, a fuga, a assimilação forçada, até a morte, para fugir do banzo⁴. Essa concepção permite mostrar outros protagonistas sociais

4 Nos dicionários oficiais de língua portuguesa, os ditos dicionários brancos, o banzo é definido como saudade da África, ou como forma de adjetivação de pessoa triste, pensativa, atônita, pasmada, melancólica. A melancolia parece ser a definição que solapa muitos desses dicionários. É uma associação apriorística com o banzo, que é visto como a melancolia negra. Freud no texto “Melancolia e Luto”, diz que ela se caracteriza por um desânimo abissal, doloroso, uma suspensão do interesse pelo mundo, além da perda da capacidade de amar. O banzo é mais que isso, conflui em si todas essas palavras em português que remete a um estado de desassossego na alma, convulsionadas por uma exterioridade de terror, morte, escravidão e tortura. É a síntese profunda de uma existência moída em dor por uma estrutura social, política e econômica aterrorizadora (NUNES, 2017).

na área de saber da História, lugar que, durante muito tempo lhes foi negado. Estudar através da ótica descolonial, é avançar, para além da História descritiva e relatada, é dialogar com a vivência real, com o significado dos fatos, a semiótica das palavras e a sinergia que a negritude ecoa a tanto tempo no solo brasileiro. É debater historicamente as construções ainda vigentes, contrapor conceitos e conceituar novos olhares e com respeito, compreender o que foi resistir em meio a tanta atrocidade.

Ao se pensar em negritude neste trabalho, abrange-se a perspectiva dessa como sinônimo da união dos negros, na qual, diante de uma trajetória histórica marcada por opressões, em um sistema que os subjugava e os desapropriava de si e dos seus, retomar a consciência sobre si e reunir forças para não perder sua própria história é a negritude. Quando o escravizado tentava sobreviver sem perder sua ancestralidade, ele traçava a negritude; quando os escravos fugidos formavam os quilombos, e quando, pós-escravidão, tiveram que mutuamente dar forças uns aos outros para se reconstruírem, ali se formava e disseminava a negritude, a mesma que hoje faz com que negros e negras se fortaleçam, construam redes de afeto e comunicação, e estejam juntos em cada reivindicação. Essa perspectiva dialoga com a semântica de negritude proposta pelo autor Kabengele Munanga:

Ver-se-á então afirmada a legitimidade histórica da “negritude”: reação racial negra contra uma agressão racial branca, uma legítima defesa, a negritude se transforma num movimento antirracista, num movimento ideológico-político para a libertação dos negros do sistema colonial e do racismo praticado contra ele na sua “diáspora”. (MUNANGA, 1990, p.112)

Sendo assim, pensar em negritude é pensar nos quilombos, nos terreiros, na preservação da capoeira; é perceber os significados das rodas de samba, dos bailes funk, das batalhas de rap, dos grupos de estudo e das organizações políticas, como o Movimento Negro Unificado⁵ (MNU). Nesta pesquisa, porém, destacamos o estudo e a compreensão acerca dos quilombos e sua trajetória de luta.

5 O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978, e lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país.

Metodologia

Paratanto, realizamos uma revisão de literatura com o propósito de investigar e analisar a visão corrente sobre o período imperial brasileiro, com foco na representação dos quilombos e dos escravizados. Obras como “Os Quilombos e a Rebelião Negra” de Clóvis Moura (1983) e “Brasil: Uma Biografia” de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), além de alguns outros artigos científicos, á exemplo, “Negritude Afro-Brasileira: Perspectivas e Dificuldades” de Kabengele Munanga (1990), “Racismo no Brasil: Teorias Raciais e as Heranças da Escravização no Brasil” por Leonardo Barros (2022).

Sendo nosso intuito, questionar a ideia de passividade e incapacidade atribuída aos escravizados, ao mesmo tempo em que se busca legitimar as significações que os quilombos mantêm até os dias de hoje, contribuindo para uma compreensão mais crítica e enriquecedora da história e das heranças culturais afro-brasileiras, que embasam a formação do Brasil.

Historiografia, racismo e resistência no Período Imperial

Entre as linhas da historiografia, é possível explorar as diversas interpretações que permeiam os estudos de cada século, período e ano. Ao abordar o período imperial brasileiro (1822-1889), essa análise se torna ainda mais relevante, especialmente quando tratamos de temas complexos como a escravidão e o racismo. Por exemplo, desde os primórdios da historiografia no Brasil, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 e as pesquisas de Carl Friedrich Philipp von Martius, seguidas pelos estudos de Francisco Adolfo de Varnhagen em 1850 (REIS, 2002), observamos a formação de uma mentalidade e uma concepção que se mostravam hostis tanto em relação aos indígenas quanto aos homens e mulheres de cor.

Como expôs José Carlos Reis:

O que o Brasil não quer ser? A resposta das elites: o Brasil não queria ser indígena, negro, republicano, latino-americano e não católico. O que significa dizer: O Brasil queria continuar a ser português. [...] A diferença é que a coroa não é mais exterior, mas interior. E é português ainda. (REIS, 2007, p.27)

Assim, o ideal do “branco bom” e o “negro ruim”, arrastou-se desde a colonização e estruturou-se através e a partir da independência, sendo a construção da identidade brasileira, fomentada nesse período, durante o primeiro e segundo reinado, tendo a consagração dos símbolos e significados, em relação ao branco, ao católico, aos portugueses e ao latifúndio. De tal modo, em soma com a disseminação do darwinismo social⁶, as eminências racistas se enraízam na construção do que é ser brasileiro e fez como que a escravidão no Brasil perdurasse por 388 anos. Concordantemente com Neusa Souza, “a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e a posição social inferior” (SOUZA, 2021, p.48).

Dessa forma, foi estruturada a ideia de inferioridade racial dos negros, colocando-os em posições de submissão e exploração. A historiografia, em inúmeras tentativas, teve de se reinventar para justificar, histórica, social e culturalmente, que o Brasil era mais branco e mestiço do que negro. De acordo com as teorias racistas do século XIX, acreditava-se que o país não avançaria devido à presença dos negros, razão pela qual a justificativa do branqueamento da população tornou-se uma política de Estado.

Nos anos finais do período imperial, a partir de 1838, e com o início da Primeira República em 1889, colocou-se ainda mais em evidência o dilema de como lidar com a massiva quantidade de negros escravizados e posteriormente ex-escravizados em um país que, como exposto, não queria que os negros fizessem parte de sua marca identitária. Nesse contexto, pode-se considerar as políticas de imigração, que começaram a ser implementadas a partir de 1840, como uma tentativa de construir noções de um Brasil evoluído e branco, alinhadas com os ideais que vigoravam no período imperial.

Assim, a disputa pela identidade brasileira foi, e ainda é, palco de muita discussão. Dentre esses debates, há os que excluíram por completo o negro e o indígena da história; já outros que os trouxeram, mas de forma docilizada. A ótica desses debates postos, opõem-se a linha proposta nesse artigo, em que, destaca-

6 O Darwinismo social é uma ideologia que busca justificar a noção de superioridade racial e a segmentação da sociedade em subgrupos com características distintas, promovendo a eugenia e a ideia de aprimoramento da raça. Essa corrente foi inspirada na teoria da evolução de Darwin, sustentando que apenas os mais fortes estariam em condições de sobreviver. (FRANÇA; SILVA, 2024).

se as narrativas que tentam expressar uma visão descolonial, compreendendo as resistências dos negros e indígenas no Brasil.

A escalada dessa construção da identidade brasileira se intensificou e se fortaleceu ainda mais com a promulgação da República em 1889, que herdou as disputas dos discursos de nação semeados desde a independência do Brasil em 1822, como se pode perceber em Varnhagen (1850 apud REIS, 2002).

Entretanto, se a historiografia inclui pesquisas como a de Varnhagen (1850 apud REIS, 2002), que não destacavam ou abordavam de maneira significativa a resistência dos escravizados, há também historiadoras como Schwarcz e Starling, que demonstram que, durante a escravidão, os escravizados “reagiram ao cotidiano violento também de forma violenta, sendo frequentes as fugas, individuais e em massa, os assassinatos de feitores e senhores, e as insurreições organizadas” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 98).

Essa afirmação posta pelas autoras, abre espaço para se questionar os discursos históricos vigentes. Pois, pensar em narrativas históricas, é compreender os moldes que se operaram a consciência e as noções de país. De um lado, há a perspectiva que considera a escravidão no Brasil como um fenômeno ameno e, de certa forma, romantizado, sugerindo a existência de uma democracia racial, conforme proposto por Gilberto Freyre (1987). Há também a análise do determinismo racial, defendido por Nina Rodrigues (1894). Assim como, um autor que dialoga com esse período, mesclando uma certa romantização, com uma ênfase no protagonismo dos negros em uma relação complexa e interligada com brancos e indígenas, é o Capistrano de Abreu (1998). Em sua obra “Capítulos de História Colonial”, ele destaca que:

O negro trouxe uma nota alegre ao lado do português taciturno e do índio sorumbático. As suas danças lascivas, toleradas a princípio, tornaram-se instituição nacional; suas feitiçarias e crenças propagaram-se fora das senzalas. As mulatas encontram apreciadores de seus desgarres e foram verdadeiras rainhas. O Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos, resumiu em 1711 o benemérito de Antonil. (ABREU, 1998, p. 30)

É importante destacar que esse trecho reflete uma tendência a enfatizar a aceitação da cultura negra e o fascínio pelas mulatas. No entanto, essa perspectiva não condena a escravidão; ao contrário, analisa o contexto histórico e reconhece o negro como parte integrante da sociedade brasileira, assim como o mestiço. Contudo, essa análise não aborda de maneira crítica as violências e

as injustiças que esses grupos enfrentaram. Além disso, em soma com a tese da democracia racial (FREYRE, 1987), engendrou-se no Brasil, a legitimação teórica de dominação dos brancos sobre os negros, com a manutenção dos seus privilégios e o apagamento das verdadeiras faces do racismo.

Destarte, há uma outra perspectiva, que ao afirmar que houve escravidão, pontua que ela era violenta e desumana, abordando também, que havia manifestações violentas por parte dos escravizados, como aborda a Suely Robles (2007) no texto a “Escravidão Negra em Debate”, trazendo autores como Florestan Fernandes⁷, Fernando Henrique Cardoso⁸, Otávio Ianni⁹, e Clóvis Moura¹⁰. Diante da perspectiva desses autores, a escravidão foi perpassada pelas violências acometidas aos negros, mas que também, esses, respondiam com violência, quando possível.

Uma das formas de resistência nesse período, que em algumas ocasiões se manifestou por meio de “violências”, foram os quilombos. Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 98), “a resistência escrava deu origem a mucambos¹¹ ou quilombos¹² guerreiros, surgidos na América portuguesa a partir do século XVI.” O temor em relação aos quilombos começou com seu surgimento durante o período colonial e perdurou ao longo de todo o império, como afirmam Petrônio Domingues e Flávio Gomes:

7 FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Contracorrente, 2021.

8 CARDOSO, Fernando. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

9 IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

10 MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

11 A palavra “mucambo” significa “esconderijo”; já “quilombo” foi o termo utilizado em algumas regiões do continente africano, especialmente em Angola, para caracterizar um tipo de acampamento fortificado e militarizado, composto de guerreiros que passavam por rituais de iniciação, adotavam uma dura disciplina. O uso de “quilombo” para designar agrupamentos de cativos fugidos se generalizou depois de Palmares e a palavra foi mais empregada no século XVIII (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.98.)

12 Quilombo era “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”, segundo reposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino datada de 2 de dezembro de 1740 (MOURA, 1981, p.16).

No campo da história – do passado e do presente – várias questões foram colocadas. Uma das primeiras: onde existiram os quilombos no Brasil –além de Palmares que todo mundo já ouviu falar? Considerando a vastidão das experiências históricas – no tempo e espaço–talvez fosse melhor perguntar onde não houve quilombos. A escravidão – indígena e africana – pontilhou toda a América Portuguesa e depois o Império brasileiro. Como a legislação colonial e depois a imperial definiu os quilombos? Com algumas especificidades regionais, os quilombos foram definidos como agrupamentos de 2 a 3 negros fugidos. Qual seja, não eram definidos exclusivamente pelo número de habitantes (tipo mais de 10, 50 ou 100 por exemplo) ou por uma organização social. Era, portanto, uma definição bem flexível em termos das experiências históricas. (DOMINGUES; GOMES, 2013, p.3)

Assim, por meio da promulgação de leis e da disseminação de notícias, foi-se construindo uma lógica de temor em relação aos quilombos, que eram frequentemente criminalizados por serem, em muitos casos, refúgios de cativos fugitivos. As pesquisas de Clóvis Moura representaram um avanço significativo na historiografia ao abordar o estudo da “rebeldia negra” em suas dimensões políticas e sociais. Segundo Moura, a resistência manifestada por meio dos quilombos foi um fator determinante que culminou na abolição da escravatura. Nas palavras do próprio autor,

É que essa “rebeldia negra” antecede em muito o movimento abolicionista. Enquanto a primeira desde o século XVII já se consubstanciava em fato histórico tão relevante como a República de Palmares, o movimento abolicionista somente se manifestará, organizada e politicamente, quando o sistema escravista entra em sua crise irrecuperável do final do século XIX. É exatamente a este movimento tardio que se deseja dar o mérito da Abolição. Ao contrário. Se méritos devem ser computados deverão ser creditados a rebeldia negra [...]. (MOURA, 1981, p.81.)

De tal modo, o negro buscou se movimentar em meio à estrutura racista, seja por meio de fugas, enfrentando a morte, lidando com abortos, buscando a assimilação ou participando de revoltas. Como na revolta dos Malês¹¹ e na Balaiada¹³.

A respeito da Balaiada¹⁴, Iamara Viana e Flávio Gomes trazem que:

13 “Os Malês protagonizaram a maior das rebeliões escravas ocorridas na Bahia, e quiçá no Brasil, mas também a última. Esses rebeldes realizaram o levante de 1835 como uma rebelião escrava. No entanto, ele foi igualmente uma luta religiosa e étnica [...]” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.257).

14 A Balaiada, liderada por cafuzos e caboclos, gerou medo de uma “guerra racial” entre os brancos no Maranhão. Apesar do apoio de alguns brancos e tentativas de alianças liberais, a acusação persistiu devido à destruição de fazendas e às perseguições dos líderes cabanos (ASSUNÇÃO, 2022).

Um exemplo ainda pouco explorado é o de Cosme Bento das Chagas, ex-escravo que comandou a maior revolta popular camponesa no Brasil Imperial, a Balaiada, no Maranhão, entre 1838 e 1841. Consta que nasceu escravo no alvorecer do século XIX, na capitania do Ceará, em Sobral. Havia ali também uma conhecida irmandade negra de Nossa Senhora do Rosário, que já tentava organizar escravizados para obter a alforria e a escolarização dos libertos e de seus filhos. Cosme vai conquistar sua alforria no final da década de 1820. Como liberto, ele migra para a então província do Maranhão, sendo preso e depois se refugiando nos quilombos que existiam em várias partes daquela província. As repercussões da revolta Balaiada chegam até os vários quilombos, fazendo aumentar a movimentação entre eles. Escapando da cadeia em São Luís, Cosme vai engrossar as fileiras rebeldes, logo se tornando uma liderança. Muitas vezes chamado de “Dom Cosme Bento das Chagas, Tutor e Imperador da Liberdade Bem-Te-Vi”, Cosme comanda tropas de mais de três mil quilombolas, que estavam instalados no conhecido quilombo em Lagoa Amarela, nas margens do rio Itapecuru. (VIANA; GOMES, 2020, p.6)

Nesse sentido, revoltas com a dos Malês e a Balaiada e as duras repressões que elas tiveram, consagra o medo da branquitude ao homem de “cor”. Tanto que, como registra Moura (1981), na medida em que a Balaiada foi reprimida, a ala conciliadora e pequeno-burguesa que se somava no movimento, durante as reivindicações, aproveitaram-se da massa quilombola, mas sem nunca os considerar ativos politicamente e ao serem retidos, eles fizeram um acordo para se salvarem e permitem que os negros fossem sacrificados e responsabilizados, em sua maioria.

Em consonância, João José Reis traz em sua obra “Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835” (2003), que por a revolta dos Malês ser composta majoritariamente por africanos, de várias etnias, assustou a província baiana, pois mostrava a força e a vívida presença da herança africana resistente, apesar das várias tentativas de apagamento engendradas pela colonização.

Esse medo, conforme aponta Célia Azevedo (2006), permeou e ecoou até mesmo nas discussões sobre o trabalho livre, especialmente no período pós-abolição. Sua origem remonta a um tempo anterior à imigração sancionada, que buscava trazer pessoas brancas para o Brasil, e antecede até mesmo a existência dos quilombos. Esse temor surgiu desde a chegada dos negros ao país, refletindo o receio de que esses indivíduos pudessem se mostrar superiores, mais inteligentes e capazes. Por essa razão, era necessário que fossem acorrentados, submetidos a castigos e levados a viver em condições precárias, de modo a impedir que tivessem a oportunidade de superar os brancos.

Consequentemente, as revoltas que contavam com a presença massiva de negros, especialmente aqueles provenientes de quilombos, representavam uma ameaça à estrutura vigente, gerando o temor de uma ruptura da exploração e

da ascensão dos negros. Além disso, esse medo constante em relação aos negros está intimamente ligado ao haitianismo¹⁵. Consoante Luã Carvalho (2020), existe o receio de que o “homem de cor” vença e rompa sistematicamente com a organização socioeconômica estabelecida, assim como ocorreu no Haiti, onde proclamaram uma revolução e desafiaram os senhores.

Por isso, a trajetória dos quilombos no Brasil é de grande importância, especialmente ao se considerar os quilombos que resistem até os dias atuais. Esses espaços carregam consigo uma disputa histórica, envolvendo narrativas e significações diversas. Assim como existe um debate sobre o significado de quilombo, o conceito de raça e a categoria de nação, também se impõe a reflexão sobre qual identidade se constrói no Brasil e em relação ao seu povo.

Como mencionamos anteriormente, existe uma historiografia que debate a lógica da escravidão, as hierarquias sociais e a identidade do Brasil. Essas narrativas foram predominantemente moldadas por aqueles que contaram a história, especialmente durante o período imperial, financiada pela monarquia, e marcada por apagamentos, silenciamentos e romantizações. Portanto, desenvolver uma historiografia que ilumine a história dos negros, suas ações e suas construções, como fizeram pesquisadores como Florestan Fernandes e Clóvis Moura, reivindica uma narrativa histórica sob uma perspectiva revolucionária, alinhada ao que se defende atualmente no âmbito descolonial.

Correlacionando esta pesquisa com a de Frantz Fanon, “é preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade” (1980, p. 40). Estudar o período imperial é perceber que, mesmo após a independência do Brasil, essa se concretizou para um povo e uma classe específicos, enquanto os demais foram relegados ao esquecimento nas linhas da história. Compreender as revoltas, como a Balaiada e a dos Malês, e os enfrentamentos que ocorreram em relação a elas, é reconhecer que a abolição não se deu por vontade do império e da elite, mas foi resultado de um saturamento

15 As repercussões da insurreição escrava que serviu de estopim para a Revolução no Haiti espalharam-se rapidamente pelo Ocidente. Convém salientar, como bem explanado nos estudos de Michel-Rolph Trouillot (2016), que houve uma tentativa de silenciar os eventos protagonizados por homens e mulheres de cor. Esse silenciamento é também fruto da tentativa das camadas dirigentes de ocultar acontecimentos que lhes poderiam ser prejudiciais. O conhecimento sobre uma insurreição escrava bem-sucedida poderia, e causava, alvoroço entre os setores escravizados de todas as colônias das Índias Ocidentais. O controle das informações circulantes relacionadas à Revolução Haitiana foi rigoroso até pelo menos meados do século XIX (CARVALHO, 2020, p.790).

socioeconômico e de pressões sociopolíticas provenientes de diversas frentes¹⁶, fruto das ações dos escravizados, ex-escravos e quilombos que resistiram durante tantos anos, tanto nas matas quanto nos centros urbanos, em suas tentativas de lutar e permanecer vivos.

A vinda dos negros ao Brasil foi sistematicamente planejada para funcionar como um mecanismo de exploração e opressão racial. Assim, a resistência e a sobrevivência desses indivíduos até os dias de hoje constituem uma afronta revolucionária a um sistema que buscou sua destruição. Valorizar e historicizar a luta quilombola é, além de um reconhecimento ancestral, um enriquecimento social e acadêmico, uma vez que se torna urgente a ampliação de pesquisas “racializadas” e questionadoras. A História, enquanto ciência, deve estar relacionada a “gente”, e “gente” é, por sua natureza, plural.

É importante ressaltar que os negros contribuíram significativamente para a formação do Brasil, influenciando aspectos como a linguagem, a culinária, a moda, a religião, as festividades, a arte e a música. A negritude, portanto, vai além da violência e da resistência; ela também é sinônimo de sutileza, beleza, família e realeza.

Considerações finais

Compreende-se, assim, que a importância de se estudar os quilombos está intrinsecamente ligada à construção da consciência racial, conforme aspira o MNU. Nesse sentido, como destaca o Movimento Negro, os conceitos de quilombo e resistência são fundamentais para a construção de uma revisão crítica da historiografia oficial. Esses conceitos podem ser utilizados para enriquecer as análises teóricas que visam fundamentar uma “nova” História do Brasil, conforme apontado pelo autor Marcos Cardoso (2002).

Quando olhamos para o período imperial, podemos observar as contradições que ocorreram na construção da identidade do Brasil, a qual foi marcada por disputas de narrativas e por um significativo apagamento. É necessário trazer à tona, por meio da historiografia, os debates acerca dessa temática, uma vez que é a escrita da História que guarda os acontecimentos, registra as narrativas e memoriza as significações. Questionar essa historiografia conservadora

16 Como, por exemplo, a exigência dos ingleses.

é fundamental, pois, para a construção de uma consciência racial e de uma consciência histórica verdadeiramente transformadora, é sem dúvida importante colocar em discussão os erros, as controvérsias, os equívocos, mas também os acertos, para que assim avancemos como país e como produtores de pesquisa.

Reforçando, conforme Marcos Cardoso (2002), a verdadeira consciência negra é um futuro com dignidade, que respeita a ancestralidade e reafirma as identidades. Para construir uma história múltipla, é importante, por exemplo, ao se estudar e falar do período imperial, não centralizar a História apenas na monarquia e em suas sucessivas ações, mas ir além, abordando as experiências das pessoas comuns e a História que vem de baixo. Em uma realidade em que os quilombos e comunidades tradicionais continuam a ser perseguidos, lutando diariamente pelo direito a seus territórios, que permanecem ameaçados, é pertinente considerar a afirmação de Antônio Bispo:

Só que hoje, os colonizadores, ao invés de se denominarem Império Ultramarino, denominam a sua organização de Estado Democrático de Direito e não apenas queimam, mas também inundam, implodem, trituram, soterram, reviram com suas máquinas de terraplanagem tudo aquilo que é fundamental para a existência dessas comunidades, ou seja, os nossos territórios e todos os símbolos e significados e significações dos nossos modos de vida (SANTOS, 2015, p.76.)

Em suma, para ressignificar a História, que durante muito tempo foi aliada ao poder vigente e às narrativas dos “grandes homens”, é indubitavelmente importante que a História evidencie seu papel social nas transformações sociais e políticas, assim como a responsabilidade que ela possui na construção da legitimação dos direitos dos quilombos, que têm sido criminalizados e perseguidos desde seu surgimento, por meio de atribuições legais. Hoje, por meio dos meios legais, é urgente a reivindicação dos direitos dos territórios tradicionais, para que possam manter suas terras e preservar suas tradições. Isso visa confrontar o racismo institucionalizado e, na prática, contrabalançar a resistência que a negritude carrega há mais de 500 anos de História no Brasil, de modo que os afro-brasileiros possam viver com dignidade, em igualdade e liberdade.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Elizabeth; PEREIRA, Josenildo; MATEUS, Yuri (orgs.) **Histórias e memórias da Balaiada**. São Luís: Editora UEMA; Porto Alegre: Editora Fi, 2022.
- ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ASSUNÇÃO, Matthias. Antirracismo no Brasil Império: Raimundo Gomes e a luta pelos direitos do “Povo de Cor” na Balaiada. In: **Histórias e Memórias da Balaiada**. São Luís: Editora UEMA; Porto Alegre: Editora Fi, 2022.
- AZEVEDO, Célia Maria. **Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX**. São Paulo: Annablume, 2006.
- BARROS, Leonardo. Racismo no Brasil: Teorias Raciais e as Heranças da Escravização no Brasil. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**. Rio Branco, v.5, n.3, p. 49-60, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6155>. Acesso em 19. de mai. 2024.
- CARDOSO, Fernando. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Marcos. **O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte: Mazza, 2002.
- CARVALHO, Luã. As acusações “haitianistas” na racializada sociedade brasileira da primeira metade do Dezenove. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós- Graduação em História da UnB. **Em Tempo de Histórias**. Brasília, n. 37, p. 783,799,2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/30925>. Acesso em 20 mai. 2024.
- DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias dos Quilombos e Memórias dos Quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03. **Revista da ABPN**.v.5, 2013. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/187>. Acesso em 19 mai. de 2024.
- FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora,1980.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**.São Paulo: Contracorrente, 2021.
- FRANÇA, Maria Carolina; SILVA, Luciana Caetano. **A Influência das Teorias do Darwinismo Social e do Criminoso Nato no Crime de Racismo Traticado Contra os Afrodescendentes**. Resumo para Congresso: Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: [https://npd.uem.br/eventos/assets/uploads/files/evt/29/trabalhos/Resumo%20para%20o%20Congresso%20Maria%20Carolina%20e%20Luciana%20Caetano%20\(1\).pdf](https://npd.uem.br/eventos/assets/uploads/files/evt/29/trabalhos/Resumo%20para%20o%20Congresso%20Maria%20Carolina%20e%20Luciana%20Caetano%20(1).pdf). Acesso em 25 de jun. 2024.
- FREITAS, Marcos Cezar.(org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto,

2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família burguesa sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paula: Brasiliense, 1981.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **Quem somos**. Disponível em: [https://mnu.org.br/mnu-2/#:~:text=0%20Movimento%20Negro%20Unificado%20\(MNU,Paulo%20em%20pleno%20regime%20militar](https://mnu.org.br/mnu-2/#:~:text=0%20Movimento%20Negro%20Unificado%20(MNU,Paulo%20em%20pleno%20regime%20militar). Acesso em 20 mai. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Negritude Afro-Brasileira: Perspectivas e Dificuldades. **Revista de Antropologia**, vol. 33, pp. 109-117, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41616059>. Acesso em 15 de ago. 2024.

NUNES, Davi. **Banzo**: Um estado de espírito negro. Duque dos Banzos, 2017. Disponível em: <https://ungareia.wordpress.com/2017/12/23/banzo-um-estado-de-espírito-negro/>. Acesso em 17 de mai. 2024

QUEIROZ, Suely. **Escravidão negra em debate**. In: Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2007.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Antônio. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. Universidade de Brasília. Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. CNPq. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2015.

SCHWARCZ, Lília; STARLLING, Heloisa. **Brasil**: Uma biografia. São Paula: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Neusa. **Tornar-se negro**: Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIANA, Iamara; GOMES, Flávio. **Letramento, escravidão e mocambos**: livros encontrados em um rancho quilombola no Espírito Santo oitocentista. Resgate-Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas, v. 28, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8659369/25739>. Acesso em: 17 mai. 2024.